

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



Audiência Pública

**Transposição do Regime Celetista para Estatutário dos
Trabalhadores dos Conselhos de Fiscalização Profissional**

Jefferson da Silva Santos

Presidente do SINDISCOSE

presidente@sindiscose.com.br

www.sindiscose.com.br

03 de Setembro de 2014

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



Os cargos não são Criados por lei?

Lei 8.112/90 – Estatuto dos Servidores Públicos Federais

Art. 243 – Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



**Os empregos foram transformados em
Cargos.**

Lei 8.112/90 – Estatuto dos Servidores Públicos Federais

§ 1º – Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação.

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



O que são os Conselhos de Fiscalização

Autarquias Públicas Federais de Direito público.

-INSS;

-Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

-Conselho Federal de Enfermagem;

-Conselho Federal de Química;

-Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



**Entendimento do Supremo Tribunal Federal:
Estatutário?**

- RE 549211 – Julgado pela 2º Turma;
- RE 562917 – Ministro Gilmar Mendes;
- RE 530004 – Ministro Ayres Britto
(aposentado)

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



Conselhos que Aplicaram o Regime Estatutário

- Conselho Regional de Enfermagem do Ceará;
- Conselho Regional de Medicina do Ceará;
- Conselho Federal de Medicina - TAC;



Algumas Decisões do STF que merecem destaque

- Os Conselhos de Fiscalização estão inseridos na estrutura do Poder Executivo;
- ADI 3758;
- RE 349654;
- MI 1529;

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



**Vetos da Presidência da República
Criação de Conselhos**

• Veto Presidência 400/2013;

• Veto Presidência 550/2013;

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



Empecilhos para mudança de Regime

- Entendimento do TCU – 016.756/2003-0; (pag. 23)
- As Receitas dos Conselhos de Fiscalização não integram o Orçamento da União; (pág. 3)

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



**Receitas Conselhos (2011)
Receitas Agências Reguladoras (2014)**

<u>Órgão</u>	<u>Orçamento anual</u>
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ANVISA	R\$ 368.253.515,00
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR – ANS	R\$ 177.598.693,00
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIR - AEB	R\$ 232.842.055,00
AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT	R\$ 178.964.875,00
AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA – ANEEL	R\$ 1.334.690.160,00
TODOS OS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.783.006.482,00

Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins do Estado de Sergipe



Audiência pública para analisar e tratar os encaminhamentos e desdobramentos do Seminário Internacional sobre Regulação do Trabalho e das Profissões da Saúde.

- Para cada regulamentação de Profissão será necessário criar conselhos?
- Qual o papel do Estado na regulação das profissões?
- Trecho da Audiência Pública (a partir de 47:00min)

**Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização
Profissional, nas Entidades Coligadas e Afins
do Estado de Sergipe**



**Conselho Regional de Odontologia
de São Paulo**

- Ofício CRO/SP (pág. 3);
- Resposta do MPOG (pág. 30);
- Nota Técnica 46/SEGEP-MP (pág. 27);